

Sociologias

Dizem que o país vive à voltas com dois sociólogos: um que faz uma enorme campanha contra a fome e outro que faz um plano a favor da fome.

Incentivo 1

As pessoas que aderirem ao incentivo à demissão terão 60 dias após seus desligamento para decidirem sua permanência no Plano AMHOR. Foi retirado também o caráter irrevogável do pedido de incentivo. Os sindicatos, a Celos e a Celesc passaram a ter reuniões com os "aposentáveis" nos locais de trabalho, para levantar outros problemas. Quem hoje tem taxa de luz deverá permanecer com ela na aposentadoria, pois a Justiça assim decidiu.

Incentivo 2

O incentivo à demissões voluntárias não acabou bem na Eletrosul. Muita gente achou que poderia se dar bem com um dinheiro a mais no bolso, mas em tempos de recessão muitos planos foram por terras e o desemprego se tornou amarga realidade para muitos. Além disso nem toda a adesão foi plenamente espontânea... na verdade trata-se de um enxugamento da empresa que acaba afetando especialmente as áreas operacionais, prejudicando o consumidor e a qualidade do serviço prestado pela Celesc. O concurso para admissão de 190 eletricitistas que vai acontecer pretende colocar apenas o que falta de pessoal, sem contar com as aposentadorias. Como vai ficar isso?

Charge

Permanece até o dia 21/03 no CeFA/Celesc a exposição de charges de Frank Maia, ilustrador deste jornal. Dia 23 a exposição segue para a Agência Florianópolis e dia 5 de maio para o Sertão/Eletrosul. A promoção é do Departamento de Cultura do Sinergia.

Nº 263
16/03/94

LINHA VIVA

Farsa e tragédia

editorial

A imprensa de Santa Catarina tem noticiado com insistência a ida de Amílcar Gazaniga para a presidência da Celesc. Balão de ensaio, comentam os otimistas, arranjo de fim de governo, dizem os experts na política local. Uma vergonha e um deboche, dizem os eletricitários do estado.

Guindado da Agência da Celesc em Itajaí para a presidência da Eletrosul para colocar em prática a política da terra arrasada imposta pelo então presidente Fernando Collor, Gazaniga fez jus à indicação, levando à risca as mais absurdas orientações.

Os reflexos de sua nefasta administração até hoje são sentidos. Na área de pessoal, três anos de terror marcaram para sempre a vida da empresa. Empregados, injustamente demitidos, aguardam uma Medida Provisória do governo para retornarem a seus postos. Contribuições dos trabalhadores para a sua própria Fundação foram ilegalmente retidos. Dívidas e passivos trabalhistas se avolumaram de uma forma irresponsável, deixando uma bomba de efeito retardado para quem viesse a substituí-lo. Prova maior disto foi a assinatura de um reconhecimento de dívida com a Elos pela nova diretoria da empresa. Nada menos do que 100 milhões de dólares.

A área operacional, desestruturada, se desdobra acumulando milhares de horas extras para atender o dia-a-dia da geração, transmissão e manutenção do sistema que supre os quatro estados do sul.

Na área financeira, o lucro propagandeado por Gazaniga aos quatro ventos não resiste a uma análise criteriosa. É mais uma utilização deturpada de um dado contábil do que mérito de uma

gestão. Na realidade o que ocorreu em 1992 foi resultado de contratos de energia firmados antes de Gazaniga assumir, que consideravam Jorge Lacerda IV e Jacuí I em operação, fornecendo energia para o sistema. Por ironia do destino, as duas obras que foram praticamente paralisadas na gestão Gazaniga.

A área de engenharia e construção, tenta recuperar o que sobrou do acervo técnico da empresa. Em paralelo, busca dar continuidade ao programa de obras, reativando canteiros abandonados.

Se, internamente, esta foi a herança que Gazaniga deixou para a Eletrosul, externamente também deixou suas marcas. Difícilmente alguém na administração pública deste país tentou se utilizar do Poder Judiciário como instrumento de coação ao movimento sindical de forma tão explícita. Inúmeras foram as ações movidas contra dirigentes e as próprias entidades sindicais, com a clara intenção de reprimir os segmentos que se opunham à sua inconsequente gestão.

Prova maior do mal uso deste instrumento é que as ações em nada resultaram, e muitas delas foram retiradas pela atual diretoria da Eletrosul. O mesmo não aconteceu com as ações movidas contra ele, que foram acolhidas pelo Ministério Público e atualmente tramitam na Justiça Federal.

A sociedade catarinense, que acompanhou todo este processo que culminou com o afastamento de Gazaniga da presidência da Eletrosul, estarrecida, observa agora o despropósito do governo do estado ao querer apagar um passado vergonhoso, premiando Gazaniga com a presidência da principal estatal de Santa Catarina. Ele foi a imagem de seu mestre e companheiro, Fernando Collor, humilhou cidadãos honrados e foi cúmplice no desmonte do patrimônio público.

A Eletrosul vai fazer uma economia de US\$ 1 milhão por mês no pagamento do carvão utilizado pelas termelétricas. Acontece que uma liminar do Juiz do Tribunal Federal da 4ª Região (RS), Jardim de Camargo, determina que seja usado o IGPM como índice de correção de preços e não mais a "fórmula paramétrica" que foi adotada durante a gestão Amílcar Gazaniga. A ação foi proposta pelo Procurador da República Ruy Schulsbacher.

Esquartejada

A exposição *Pátria Amada Esquartejada* que já esteve nas sedes da Celesc e Eletrosul, agora vai percorrer 15 municípios de estado, contando para isto com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura. De 20 de março a 20 de abril a mostra estará em Rancho Queimado, na casa de campo do governador Hercílio Luz.

Periculosidade

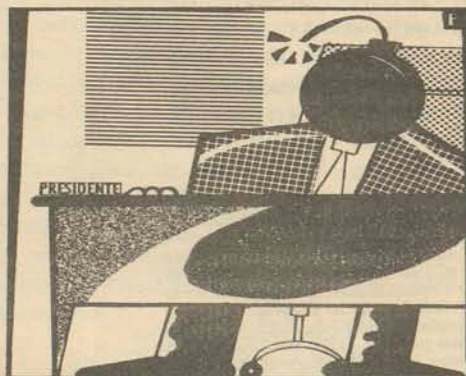
Dia 22 de março, terça-feira, à 18h, na sede do Sinergia, haverá uma reunião da assessoria jurídica com empregados da Eletrosul sobre a questão da periculosidade. Quem tem ação ou alguma dúvida sobre o assunto está convidado a comparecer.

Pressão

Muitos eletricitistas de empreiteiras estão reclamando de pressões para que não façam inscrição para o concurso para eletricitista aberto recentemente pela Celesc. Será que isso tem algo a ver com o fato de haver uma mudança na regra do jogo? Antes havia exigência de comprovação em carteira de experiência mínima de 18 meses como eletricitista de distribuição; agora basta uma declaração de que o candidato trabalha com distribuição... Coisa estranha.

Fome

Se depender da agilidade e da boa vontade da Celesc a Campanha Contra a Fome não vai dar em nada. O dinheiro descontado do pessoal que participou de uma manifestação na campanha salarial, que deveria ser repassado a Comitê Contra a Fome, saiu do contra cheque mas não chegou ao comitê. Uma retenção ilegal e, pelo menos estranha...



Governo não negocia perdas e centrais agilizam greve

O fracasso na tentativa das centrais sindicais negociarem as perdas salariais provocadas pela conversão dos salários para URV deve acelerar o processo de greve geral que as três entidades (CUT, Força Sindical e CGT) estão discutindo. Já há o indicativo de paralisação de um dia no dia 23 de março.

A tentativa de negociação virou uma espécie de filme pastelão com direito a deputado fugindo com relatório para impedir a votação da Medida provisória pelo Congresso. O governo foi lacônico e, na prática, não disse nada que pudesse apontar pelo menos para uma minimização das perdas salariais.

A intensão do governo é clara. Impedindo a votação da MP, especialmente no que diz respeito a salários, viabiliza a reedição da Medida, ganhando tempo para lançar o Real sem ter discutido a questão salarial. Só que nesse meio tempo os trabalhadores vão receber os salários "uerevesados" e sentir na carne o arrocho, podendo haver uma reação imprevisível.

SC tem mais de 600 mil subempregados

Santa Catarina tem 656 mil subtrabalhadores. O resultado é a soma dos trabalhadores desempregados ou que não recebem nada pelo que fazem ou que recebem menos de um salário mínimo por mês. Os dados fazem parte do Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, divulgado na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo foi solicitado pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e sua divulgação marca o início da segunda fase da campanha contra a fome, dedicada à criação de empregos. "Nós achamos que o melhor remédio contra a miséria é o trabalho", disse o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, na quinta-feira, 10, durante o lançamento do Mapa do Trabalho.

As estatísticas surgiram de 80 mil entrevistas realizadas pelo IBGE em 1990. Os dados comprovam que Santa Catarina não é uma ilha isolada da realidade do mercado de trabalho nacional. O Brasil

GREVE - Enquanto o ministro FHC vai para os EUA pedir para o FMI abençoar seu plano, as centrais sindicais começam as mobilizações de reação ao confisco salarial. O indicativo do dia 23 como um dia nacional de paralisação ganha força e já passa a ser discutido pelas diversas categorias de trabalhadores.

Em Santa Catarina o protesto da sociedade começa a ser articulados pelos principais sindicatos que já discutem formas de mobilização para o dia 23. Passeatas, paralisações, distribuições de notas, atos públicos e outras manifestações estão sendo programadas. Os eletricitários também vão discutir em assembleias uma forma de protesto e a adesão ao movimento nacional.

FERIADO - Como o dia 23 é feriado em Florianópolis, devido ao aniversário da cidade, a CUT está discutindo a antecipação dos protestos para o dia 22, possivelmente com concentrações de trabalhadores e distribuição de notas para a população.

tem 20 milhões de subtrabalhadores e uma das mais elevadas taxas de concentração de renda do planeta. Apenas 10% das pessoas ocupadas ficam com 48% do rendimento do trabalho do país.

Santa Catarina se destaca como segundo estado em taxa de trabalhadores não-remunerados - 19,5% da população economicamente ativa. A média nacional de pessoas sem rendimento é de 8,4%. O estado supera a média nacional também na percentagem de crianças de 10 a 13 anos que trabalham: 17% aqui contra 14,2% em todo o país.

A renda média em Santa Catarina é de 4,2 salários mínimos, 0,1 maior que a média nacional. Também o nível médio de escolaridade dos trabalhadores no estado é melhor que no resto do país. Apesar de ter um índice menor de empregados com mais de 11 anos de estudo (15,4% contra 19,4% da média nacional), Santa Catarina tem mais trabalhadores com 4 a 7 anos e 8 a 10 anos de instrução.

Intersul denuncia injustiça tarifária

A Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - Intersul, está encaminhando carta aberta (veja íntegra ao lado) ao Presidente Itamar Franco, denunciando a injustiça na política tarifária de energia elétrica, que privilegia os consumidores industriais.

A questão das tarifas ganhou destaque nos noticiários depois do "tarifaço" lançado praticamente junto com plano econômico. O resultado é que as contas de luz estão ocupando um espaço cada vez maior no orçamento doméstico da população.

Conforme a Intersul, os consumidores residenciais estão sustentando os lucros das indústrias que utilizam a energia como insumo básico para sua produção.

Ao mesmo tempo que isso acontece, a inadimplência dos consumidores chega a preocupar. Na Celesc ela chegou a 14% em janeiro, o que fez com que a empresa deixasse de faturar cerca de US\$ 6 milhões. O pior é que a Celesc repassa ao governo o ICMS de um dinheiro que não recebeu.

A prática corrente dos empresários é não pagar as contas de luz e depois, aproveitando-se do fato de que a Celesc não interrompe o fornecimento, negociar o pagamento. O dinheiro certamente fica rodando na ciranda financeira. Enquanto isso, os consumidores residenciais podem ter sua luz cortada por meros 10 dias de atraso no pagamento.

O maior consumidor do estado, a Fundação Tupy, não pagou as suas contas de US\$ 1 milhão em janeiro e fevereiro, e não teve o fornecimento interrompido.

Um dado que escandaliza é que a Celesc paga pela energia da Eletrosul e Itaipu US\$ 34,00 por megawatt/hora e as indústrias enquadradas no grupo A-2



(grandes consumidores) pagam à Celesc apenas US\$ 35,00. Possivelmente a Celesc está gastando para fornecer energia a eles. Na contrapartida, o consumidor residencial chega a pagar até US\$ 90,00.

A conclusão é que os pequenos e micro empresários, comerciantes e consumidores residenciais estão pagando a conta dos grandes, configurando uma injustiça e um privilégio de proporção gigantesca. Está na hora de um grande debate público sobre a política tarifária, tornando-a socialmente mais justa, sem prejudicar a saúde financeira e econômica do setor. A Intersindical defende e propõe esta discussão a todos os setores interessados.

Justiça determina inclusão dos expurgos inflacionários no FGTS



Esta sentença é inédita no país e vai causar grande repercussão política. A CUT Nacional está promovendo uma ação semelhante para beneficiar todos os trabalhadores brasileiros.

Esta medida beneficiando todos

os trabalhadores do estado coincide com a posição adotada pela diretoria do Sinergia, que sempre afirmou que esta correção no FGTS deveria ser pleiteada em ampla escala, e não através de categorias isoladas.

Carta Aberta ao
Presidente Itamar

Tarifaço - verdades e mentiras

Entre um sorriso e outro, o ministro presidiável, Fernando Henrique Cardoso, vem declarando que o aumento dos preços da energia elétrica ocorreu sem seu conhecimento.

O diretor geral do DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Gastão Lima, declarou que a equipe econômica sabia do aumento. Ele acabou demitido. Fernando Henrique, ainda sorrindo, continua ministro.

As repercussões negativas e a gravidade deste episódio exigem do Presidente Itamar providências imediatas. A sociedade, que está pagando mais esta conta, precisa saber quem está mentindo.

Além da mentiras, queremos que a opinião pública seja esclarecida sobre as injustiças tarifárias que vêm provocando um profundo desconforto na hora em que o brasileiro recebe a sua conta de luz.

É inaceitável, sobre todos os aspectos, que o consumidor residencial que utiliza a energia elétrica como um bem social (conservação dos alimentos, passar roupa a ferro, tomar um banho, ler, assistir TV, ouvir rádio, etc...) venha pagando na sua conta parte do que o grande consumidor industrial deveria pagar. É uma vergonha o empresário que utiliza a energia elétrica como insumo básico na fabricação de seus produtos, obtenha lucro a partir da energia paga por todos nós.

A injustiça tarifária, que sempre houve, se acentuou agora, no governo Collor/Itamar. As informações que o movimento sindical vem obtendo apontam para variações de preço que chegam até quatro vezes mais para o mesmo quilowatt/hora, que é consumido num lar (para propiciar um mínimo conforto) e aquele que é consumido na indústria.

Os dados são realmente estupefacentes, e demonstram claramente a intenção do governo de favorecer os grandes consumidores em detrimento da maioria da população. Reverter esta injusta realidade tarifária é obrigação de um governo sério. Se o grande consumidor pagasse o preço justo pela energia que ele consome, seria possível reduzir à metade a conta de luz de cada residência do país, sem prejudicar a receita do setor elétrico, mantendo os subsídios para consumidores de baixa renda e para a área rural.

Intersindical dos
Eletricitários do Sul do Brasil

TRIBUNA livre

À previdência no banco dos réus

Antônio Valdir Vituri
Diretor do Sinergia e Curador da Elos

A previdência social brasileira e seu agente maior, o INSS, têm sido alvo constante de comentários, avaliações e críticas nestes últimos anos.

É inegável que existem fraudes, sonegação e má gestão da previdência. Por conta disso, muitas propostas têm surgido, em especial agora na chamada "revisão constitucional" na qual foram apresentadas mais de 400 emendas sobre o título seguridade social.

A preocupação com tema tão relevante que afeta a vida de todos os brasileiros é muito louvável. É curioso, porém, que a grande maioria destas propostas não contemplem o ponto fundamental da questão, que é a garantia de uma aposentadoria digna àqueles que dedicaram suas vidas ao trabalho.

As "soluções" apresentadas para os problemas da previdência são a redução dos benefícios (hoje limitado a 10 salários mínimos), o aumento do tempo de serviço e da idade mínima para aposentadoria e a redução das contribuições das empresas.

Antes de avaliarem-se estas propostas, note-se que o INSS, apesar de todas suas mazelas, arca com a responsabilidade de 14 milhões de aposentadorias e pensões e conta com 33 milhões de contribuintes, resultando daí uma proporção de 2,4 beneficiários por contribuinte, considerada baixa comparada aos índices mundiais.

No ano de 1993 imprimiu-se maior rigor na apuração de fraudes e cobrança de sonegadores. Apenas com esta atitude já foram alcançados resultados animadores. A arrecadação totalizou 26 bilhões de dólares, os pagamentos de benefícios atingiram os 20 bilhões de dólares e mesmo descontando-se os repasses a outros órgãos, o salário do funcionalismo e outras despesas, houve um *superávit* de 1 bilhão de dólares no exercício de 1993.

Torna-se muito claro a partir destas informações que a responsabilidade de gerir um sistema deste porte é imensa. O combate à sonegação e fraudes deve ser implacável a fim de que jamais se concretize ou inviabilize este sistema idealizado por Eloy Chaves em 1923, com cortes de benefícios e/ou redução de contribuições. Estas "soluções" não interessam a maioria da população que não tem condições de pagar planos de previdência privada.

É notório que fortes interesses estão por trás de muitas propostas de alteração da previdência social, formuladas no sentido da diminuição da responsabilidade dos empregadores ou da inviabilização do sistema visando a sua privatização. No entanto, a sociedade brasileira organizada não deve esmorecer na luta pela manutenção da previdência social básica pública, reforçada pela previdência complementar pois esta é, sem dúvida, a fórmula mais adequada às suas condições econômicas e sociais.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques, Sovenir Mácio Dias e Luiz Cézar Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Maril Cristina Scorzazon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



Programa- ção do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura. Os eletricitários têm direito a meia entrada mediante apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio.

Quinta-feira, 17/03

19h - Madame Bovary

21h30min - Benny and Joon

Sexta-feira, 18/03

19h - Madame Bovary

21h30min - Benny and Joon

Sábado, 19/03

19h30min - Lanternas Vermelhas

21h30min - Kalifornia

Domingo, 20/03

17h - Madame Bovary

19h30min - Lanternas Vermelhas

21h30min - Kalifornia

Segunda-feira, 21/03

21h - Lanternas Vermelhas

Terça, 22/03

21h - Kalifornia

Quarta, 23/03

19h - Lanternas Vermelhas

21h - Kalifornia

E o Sindicato? Não faz nada?

Delman Ferreira
Diretor do Sinergia

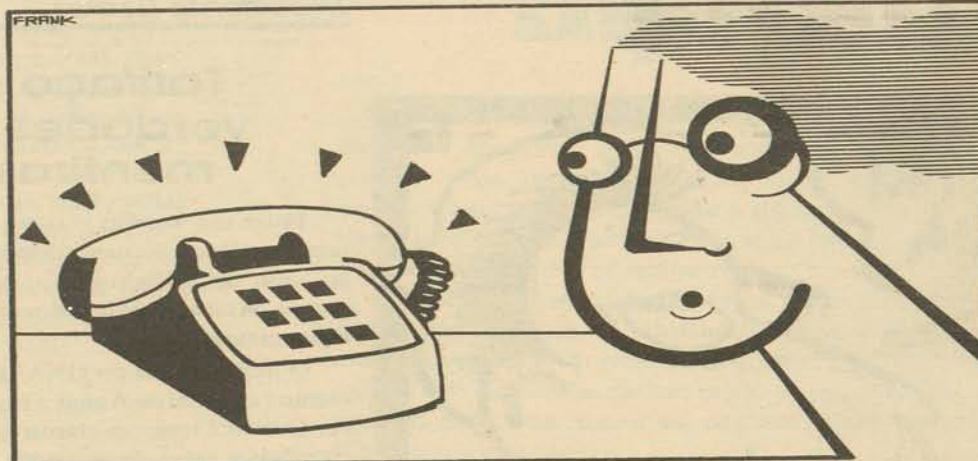
As perguntas do título poderiam ser respondidas com outra pergunta: o que se espera dos sindicatos? Que idéia fazemos dos sindicatos?

O dia a dia nos sindicatos nos leva a deduções interessantes. Os dirigentes são procurados, pessoalmente ou por telefone, para as mais diversas questões. Até mesmo questões de ordem pessoal e que não dizem respeito à natureza da atividade sindical. Problemas no casamento, problemas com vizinhos, problemas nos ônibus, pessoas que não conseguem fazer seu imposto de renda, alguns querendo saber qual a melhor aplicação para seu salário (dólar, CDB, caderneta?), e outros casos são levados ao sindicato em busca de uma orientação ou, às vezes, de uma palavra ou de um ombro amigo. São, é claro, situações excepcionais, mas que demonstram que alguns percebem nos sindicatos um espaço onde também manifestar suas angústias.

No dia a dia o telefone do sindicato toca centenas de vezes, trazendo desde os assuntos mais corriqueiros até os assuntos mais insólitos. Há pessoas que ligam informando problemas, há os que ligam reclamando alguma providência para seu caso específico, há quem ligue criticando violentamente o sindicato por erros cometidos ou por questões que, às vezes, estão completamente fora das possibilidades de intervenção do sindicato. São, no nosso caso, mais de 5000 pessoas numa expectativa de que "o sindicato precisa fazer alguma coisa".

Além destas questões individuais, existem os telefonemas de outras entidades, das empresas, de outras categorias, da prefeitura, do movimento rural, do movimento de mulheres, do movimento negro, do movimento gay, do Comitê de Ação pela Cidadania, de movimentos artísticos, de estudantes sempre procurando apoio, seja humano, material ou financeiro, para as mais diversas causas. Para ajudar o quadro, existem as questões administrativas: empregados do sindicato - é o momento em que ocorre a inversão, quando o dirigente sindical se transforma em patrão e tem que negociar salários e condições de trabalho do outro lado da mesa - além disso, somam-se as questões financeiras, de como administrar a arrecadação, o que fazer neste emaranhado de opções de aplicação - é quando o sindicalista se vê no meio da ciranda financeira, e outras como a sede que já não comporta mais, o que fazer? vender e comprar outra? construir? - é o sindicalista no mercado imobiliário.

Sem falar nos cursos, palestras, seminários, debates, painéis, concentrações, distribuição de jornal, panfleteação, reuniões, reuniões e mais reuniões.



"Para descansar, carrega-se umas pedrinhas": do sindicalista se exige que apresente propostas para os mais diversos problemas do país - aqueles problemas que os especialistas da área não conseguem dar conta, coisas *simples* como inflação, educação, desemprego, tarifas, subsídios, modelo para o setor, capitalização, etc - e que esteja preparado para debater e representar bem a categoria nos mais diversos forums.

Paradoxalmente, uma visão corriqueira entende que "sindicato é para lutar por melhores salários e melhores condições de vida". Esta visão leva a uma nova pergunta: O que significa "melhores condições de vida"? que símbolos levam uma pessoa a avaliar que suas condições de vida estão melhores?

A crise profunda em que estamos metidos em todos os aspectos da vida brasileira tem um lado extremamente positivo. Ela obriga todos os agentes sociais a pensarem e repensarem seu papel e seu espaço de atuação. É o que está ocorrendo com o movimento sindical.

Sem abrir mão da luta e do movimento grevista como forma de impedir mais exploração e injustiças, está em questão a atuação do sindicato como formulador de propostas e de políticas para o país, para as pessoas, para as regiões em que estão inseridos e para as empresas onde atuam, principalmente no caso das estatais.

Um fato, por si só, já é bastante para gerar uma ampla reflexão: estamos vivendo uma distância perigosa entre sindicatos e trabalhadores. O que fazer para inverter este movimento num fim de século de pura perplexidade? Onde ruíram alguns dos ícones que sempre foram os paradigmas do homem ocidental, como fazer para gerar novas esperanças? como fazer para reverter a atual tendência ao individualismo neoliberal? Como demonstrar que as saídas são coletivas e não egoisticamente individuais?

O SINERGIA vem buscando responder estas e uma série de outras questões. Nossa visão é que um Sindicato, mais do que um mero corretor de salários, é um

espaço para expressão dos trabalhador/cidadão e um dos espaços onde a SOCIEDADE (no sentido de agrupamento de pessoas que concorda em viver sob as mesmas regras) pode se realizar. Ou seja, ali as pessoas podem se manifestar culturalmente, politicamente, economicamente e socialmente. Trocando em miúdos: o sindicato, por representar um determinado grupo social, deve ser veículo de emancipação e integração deste agrupamento social, entre si e com a comunidade.

Sendo assim, estaria no escopo de atuação dos sindicatos a promoção de atividades culturais, esportivas, etc, que aproximem a categoria da comunidade.

No caso particular de categorias de trabalhadores do serviço público e de estatais, nosso compromisso de integração e de retorno para com a sociedade é ainda maior. Está no âmbito de nossa responsabilidade elaborar propostas para problemas que afetam a sociedade e que advém de nossa atividade. Entendemos ser nosso compromisso apresentar propostas para problemas como os causados pelos reservatórios, pela cinza, pela poluição, pela tarifa, pelos subsídios, etc... A partir destas propostas a sociedade poderá cobrar de seus governantes e/ou representantes as soluções necessárias. Esta visão leva a novas perguntas: o que é ser trabalhador de uma empresa pública? qual o papel de um sindicato de trabalhadores de empresa pública? Nossos projetos devem levar em conta detalhes puramente técnicos ou as implicações sociais devem estar a frente? as empresas públicas devem ser administradas como empresas privadas, visando apenas o lucro? nossa relação com a empresa é a mesma de um trabalhador de empresa privada?

São dúvidas existenciais de um sindicato que se prepara para o século XXI. São debates que pretendemos que ocorram no II Congresso dos Eletricitários da Grande Florianópolis.